



Turismo rural e recursos hídricos no município de Carazinho (RS): um estudo empírico identificando oportunidades e desafios

Rural tourism and water resources in the municipality of Carazinho (RS, Brazil): an empirical study identifying opportunities and challenges

*Ana Claudia Machado Padilha, Juliana Birkan Azevedo,
Milton Luiz Wittmann, Leonardo Toledo Docena, Paloma de Mattos Fagundes*

RESUMO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa com o objetivo identificar oportunidades e estratégias para o desenvolvimento local e regional do turismo rural a partir da exploração dos recursos hídricos do município de Carazinho (RS). A pesquisa, a partir de entrevistas com produtores rurais e agentes públicos, identificou que as estratégias do desenvolvimento do turismo rural não devem circundar a um único município, mas a uma região, devido à existência de estímulos regionais inter-relacionados e aos processos de integração dos recursos naturais que perpassam o ambiente socioespacial local. A pesquisa também analisou a existência de restrições ao desenvolvimento da atividade turística rural, especialmente devido a fatores culturais, necessidades de investimento e riscos inerentes à implementação de novas estratégias. Como conclusão, inferiu-se que o turismo rural é uma importante fonte alternativa de renda e desenvolvimento rural sustentável se contrapondo à dependência de pequenas propriedades rurais aos impactos climáticos na produção de produtos primários.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Rural; Desenvolvimento Regional; Recursos Hídricos.

ABSTRACT

This paper is the result of a research to identify opportunities and strategies for local and regional development of rural tourism from the exploitation of water resources of the municipality of Carazinho (RS, Brazil). The research, from interviews with rural producers and government authorities, found that the strategies of the development of rural tourism should not surround a single municipality, but a whole region due to the existence of interrelated regional impulses and natural resources integration processes permeate local socio-spatial environment. The research also examined the existence of restrictions on the development of rural tourism, especially due to cultural factors, investment needs and risks inherent in the implementation of new strategies. In conclusion, it was inferred that rural tourism is an important alternative source of income and sustainable rural development as opposed to dependence on small farms to climate impacts in the production of primary products.

KEYWORDS: Rural Tourism; Regional Development; Water Resources.

Introdução

A competitividade acirrou-se com a globalização e evolução do ambiente concorrencial. Este cenário influenciou as estratégias desenvolvidas em propriedades rurais, nas quais a habilidade dos produtores em responder a novos desafios através do desenvolvimento e implementação de estratégias alternativas, tornou-se importante para obter ganhos competitivos.

O Brasil, por possuir uma diversidade topográfica relativa aos seus recursos naturais, apresenta diferentes alternativas do desenvolvimento dos negócios rurais não agropecuários. Esta realidade tem sido uma garantia de melhorias no sustento de famílias rurais que se organizaram em determinadas regiões e que se dedicam à produção de artesanato, alimentos artesanais e turismo rural (PADILHA, 2009; REARDON, 1997).

O cenário rural, igualmente, se contrasta com o ritmo de trabalho das pessoas em grandes centros urbanos contribuindo para o desenvolvimento de atividades de recreação alternativas ao ambiente da cidade. O turismo rural, nesta senda, emerge como uma opção promissora, podendo contribuir para diversificação das fontes de renda de propriedades interioranas com ocupação da mão de obra familiar, interação social e cultural com um público diferenciado, bem como a exploração de espaços ainda inexplorados na estrutura física das propriedades. Estes são alguns aspectos que são evidenciados quando se trata de analisar as possibilidades de geração de renda a partir dos recursos naturais existentes no meio rural (PADILHA; HOFF, 2011).

Analisando as atividades turísticas no meio rural, especificamente sob o ponto de vista dos recursos hídricos, Nilsson (2002), menciona que sua estrutura é diferente da agricultura, do reflorestamento e da pesca. Dessa forma, a exploração das atividades turísticas no meio rural, aliada ao uso dos recursos hídricos pelos produtores rurais, pode revelar-se numa alternativa estratégica do desenvolvimento, cuja realidade pode ser relacionada a índoles de a população tirar férias em locais relacionados com a água, como praias, lagos, rios e estâncias hidrominerais. Segundo ANA – Agência Nacional de Águas (2005), diversas regiões, que têm recursos hídricos próprios para balneabilidade, entram em um processo de expansão das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e a demandas por lazer das populações urbanas.

Neste sentido, o objetivo deste estudo foi de identificar possibilidades do desenvolvimento do turismo rural em propriedades interioranas com a utilização dos recursos hídricos como alternativa do desenvolvimento do município de Carazinho do estado do Rio Grande do Sul - Brasil.

Revisão de literatura

Recursos rurais

A análise de pequenas unidades de produção rurais indica a opção pela diversificação dos meios de subsistência, que culmina com a realocação dos recursos financeiros, organizacionais, físicos, tecnológicos e

humanos sendo estes agrupados em recursos tangíveis e intangíveis. Estes recursos podem resultar em benefícios relacionados com a perspectiva do desenvolvimento do portfólio de negócios, bem como produzir novos produtos ou serviços que tenham demanda de mercado. O estudo de Padilha (2009) revela que a opção de se desenvolver o turismo rural contribui para a geração de renda, fixação do homem no meio rural e, especialmente, constituindo-se em uma atividade emergente que pode contribuir para o avanço dos estudos no campo do agronegócio.

A existência da possibilidade da exploração de novos negócios no meio rural passou a ser uma realidade. De acordo com Perondi (2007), na década de 1990 os agricultores familiares no Brasil incluíram, em sua pauta de produção, novas alternativas produtivas, como a soja orgânica, o frango caipira e produtos com origem das indústrias agrofamiliares (mel, embutidos, queijos, doces caseiros e frutas em conservas). Igualmente, houve a criação de novas organizações para dar conta de demandas específicas, como cooperativas de crédito e de comercialização, como espaços de representação.

Estas estratégias de diversificação evidenciam-se nas possibilidades, via desenvolvimento do turismo rural, da ampliação das alternativas de sustento e geração de renda. Salienta-se que os recursos existentes nestes locais, especialmente, os recursos hídricos, poderiam se tornar potenciais atrativos a turistas que buscam esta alternativa como entretenimento. O acesso e existência destes recursos tornaram-se uma variável para a exploração do seu uso, contudo também há relação com o conhecimento que o produtor rural acumulou ao longo do tempo em explorar e valorizar de forma estratégica este recurso. Contudo, embora o administrador da propriedade é o agente responsável por fazer o melhor uso dos recursos internos disponíveis encadeando um processo de crescimento contínuo, o mesmo está limitado à sua capacidade de gestão e à legislação, cujos fatores podem limitar ou favorecer o desenvolvimento do negócio (PENROSE, 1959).

Para Wernerfelt (1984), a perspectiva de exploração dos recursos internos provê as bases para temas-chave para a formulação de estratégias diversificadas segundo o olhar dos recursos, em detrimento da perspectiva tradicional de olhar em termos de produtos.

Nesse aspecto, Barney (1991, p.101) define os recursos com sendo *“todos os ativos, capacidades, processos organizacionais, atributos, informação entre outros, controlados pela empresa, que permitam a ela conceber e implementar estratégias que melhorem a sua eficiência e eficácia”*. Segundo o autor, nem todos os recursos da empresa possuem o potencial da vantagem da competição. Para ter esse potencial, o recurso da empresa deve ter quatro atributos: (a) ser valioso, no sentido de explorar as oportunidades e/ou neutralizar as ameaças à empresa; (b) ser raro entre as empresas concorrentes e de potencial competitivo; (c) ser impossível imitá-lo; e (d) não existir nada estrategicamente equivalente que possa substituir esse recurso que é valioso ou é raro ou imperfeita a sua cópia.

Os recursos valiosos e raros são fontes de vantagem competitiva, se empresas que não os possuem e não os puderem obter são imperfeitamente

imitáveis (BARNEY, 1991). Nieto e Perez (2002) percebem que outro fator importante é a escassez de recursos, pois gera dificuldade à competição quando nem todos têm acesso aos mesmos recursos, conseqüentemente, nem todos têm as mesmas vantagens. Portanto, um recurso valioso, mas não raro, transforma-se rapidamente como insumo para toda a concorrência, tornando-se no futuro um ativo com pouco potencial de gerar vantagem competitiva pela sua não raridade.

Diante destas ponderações, Padilha (2010) percebe que os produtores rurais são desafiados a buscar novas alternativas de sustento rural. De modo geral, a estratégia adotada consiste em diversificar a produção de acordo com a disponibilidade dos recursos, de modo a garantir o autoconsumo, diminuir o risco e aumentar a renda familiar.

Recursos tangíveis

Os recursos tangíveis são, segundo Hitt, Ireland e Hoskisson (2002), bens que podem ser vistos e quantificados, podendo ser estabelecidos através de demonstrativos e benefícios financeiros, cujos valores são mensurados pelo grau com que podem contribuir para o desenvolvimento de vantagens competitivas quantificadas. Estes são relativamente fáceis de contabilizar ou inventariar, apresentando maior facilidade de imitação e são fontes de vantagens competitivas quando existem direitos de exclusividade sobre eles (PEREIRA; FORTE, 2008)

De acordo com Hitt, Ireland e Hoskisson (2002) há quatro classificações de ativos tangíveis: os financeiros, os organizacionais, os físicos e os tecnológicos. Enumerados como recursos financeiros, verificam-se a capacidade da organização em alavancar fundos para o financiamento de seus processos; os organizacionais são relativos à gestão dos negócios; os físicos se refletem na infraestrutura física; e os tecnológicos se refletem na inovação e direitos autorais. Esses recursos podem ser negociáveis e encontrados externamente à organização, como por exemplo, empréstimos bancários, joint ventures e ou aquisições de tecnologias (BARNEY, 1991).

Padilha (2009) complementa que quanto maior for a capacidade de suporte financeiro, melhor será o acesso aos recursos que podem ser adquiridos via mercado. Sobre os recursos organizacionais relativos à estrutura formal, faz-se necessário saber se esta é suficiente para a implantação das estratégias. “*Missão, objetivos gerais e estratégias devem ser compatíveis e refletir um sentido de identidade propósito*” (WRIGHT; KROLL; PARNEL, 2000, p.91). Os recursos físicos compreendem a sofisticação e localização da fábrica e dos equipamentos e, por conseguinte, o acesso a insumos e matérias-primas. Os recursos tecnológicos remetem à capacidade da empresa em explorar e manter estes recursos através de registros em órgãos competentes (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2002).

Recursos intangíveis

Os recursos intangíveis, por serem menos visíveis e mais difíceis de mensurar, entender, copiar e adquirir, são utilizados pelas empresas como

base para suas aptidões e competências. Quanto mais inatingível é o recurso, maior a sua vantagem competitiva e quanto maior a rede de usuários, maior será o benefício da cada uma das partes.

Tendo como ênfase os recursos humanos, Wright, Kroll e Parnel (2000, p.89) explicam *“que recursos organizacionais e físicos mais excelentes são inúteis sem uma talentosa força de trabalho composta por administradores e funcionários”*. Para Padilha (2009), os recursos humanos incluem ainda o treinamento, a experiência, o julgamento, a inteligência e o relacionamento de gerentes e funcionários na empresa.

Sobre os recursos de inovação, cabe aos gerentes imaginar o futuro e depois de imaginá-lo, criá-lo, pois não existe um futuro apenas. Prahalad e Hamel (1990, p.29) ratificam a importância da inovação e originalidade quando afirmam que *“nos negócios, como na arte, o que distingue os líderes dos retardatários, a grandeza da mediocridade, é a capacidade de imaginar com originalidade o que é possível”*.

Citados por Hitt, Ireland e Hoskisson (2002), os recursos de reputação são a marca eficaz que informa aos clientes as características de desempenho, atributos e valor de um dado produto. No caso dos fornecedores, a relação com estes é essencial, visto que podem exercer poder sobre a empresa, podendo elevar os preços e restringir o fornecimento de produtos (PORTER, 1991).

O turismo rural

O turismo rural surgiu na década de 1980 em propriedades de Santa Catarina e Rio Grande do Sul motivado pelas dificuldades do setor agropecuário especialmente em pequenas propriedades. Nesta época o turismo rural passou a ser encarado como uma atividade econômica da propriedade rural com características de profissionalização (PADILHA, 2009). Neste contexto o turismo passou a revelar-se como um segmento em expansão no Brasil e no mundo, despertando interesses em diversas áreas do conhecimento, tais como economia, meio ambiente, comércio, arquitetura e, em especial, marketing (FLEISCHER; TCHETCHIK, 2005).

Garrod e Fyall (2000) identificaram oito elementos-chave para a avaliação das atrações turísticas: patrimônio turístico, conservação, acessibilidade, educação, relevância, recreação, financeiro, comunidade local e qualidade. Contudo, as preocupações centradas com turismo rural relacionam-se com o uso e exploração de ativos naturais.

Zimmermann (1996, p.2) entende que:

turismo rural é um segmento do turismo desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com os alojamentos na sede da propriedade (adaptada) ou em edificações apropriadas (pousadas), nas quais o turista participa das diferentes atividades agropecuárias desenvolvidas nestes espaços, quer como lazer ou aprendizado.

Segundo o Ministério do Turismo (2010), entende-se por turismo rural como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. Segundo Rátz e Puczko (1998) o conceito maior de turismo rural cobre não somente o turismo da fazenda ou o agroturismo, mas também o interesse pela natureza, incluindo os serviços de acomodações, eventos, festividades, recreação ao ar livre, produção de artesanato e produtos agrícolas.

Além do mais, o segmento de turismo rural contribui para a diversificação da oferta turística, aumento dos postos de trabalho e da renda no meio rural, valorização da pluralidade e das diferenças regionais, consolidação de produtos turísticos de qualidade e interiorização da atividade turística (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Reardon, Berdegú e Escobar (2001), mencionam que por diversas décadas reconheceu-se que empregos advindos de atividades rurais, fora da agricultura, é de importância para as famílias rurais na América Latina e Caribe. Sendo que, nestas regiões, 25 a 30% do emprego rural advém de atividades fora da agricultura (*nonfarms*).

Os membros da família rural (*household*), que atuam em práticas agrícolas, são motivados a desenvolverem outros tipos de atividades não relacionadas com as atuais. Os motivos geralmente relacionam-se às possibilidades de se alcançar rendas mais elevadas em novas atividades, ao risco inerente às práticas agrícolas e à incerteza de existência de mercado consumidor para os produtos resultantes das atividades produtivas (REARDON; BERDEGUÉ; ESCOBAR, 2001).

Estrategicamente, o tipo de negócio empreendido depende do contexto geográfico externo, do contexto econômico e de fatores internos que se relacionam à propriedade e à família rural. Dentre os desafios que enfrentam os produtores rurais, que optam pelo desenvolvimento de novos negócios com a utilização dos recursos hídricos disponíveis, a localização e topografia da área de terras é fator estratégico para o sucesso do empreendimento, uma vez que nem todas as áreas rurais possuem atrativos naturais aos turistas (SHARPLEY; VASS, 2006).

O turista, que visita estas propriedades familiares, além de usufruir atividades de lazer e recreação, poderá adquirir produtos oriundos do trabalho das famílias rurais contribuindo para a geração de emprego e renda, além de fixar o homem no campo.

Turismo rural e recursos hídricos

O recurso hídrico, ou simplesmente água, é considerado um recurso ou bem econômico por constituir-se como um recurso crítico para a continuidade da vida na terra. Da quantidade total de água existente sobre a terra (1.370 milhões de km³), 97,2% é água salgada. A água presente na neve ou no gelo corresponde a 2,1%, a água doce equivale a 0,6% do total e o restante é encontrado na forma de vapor atmosférico (SETTI, 1994).

Nesse contexto, o Brasil concentra em torno de 12% da água doce do mundo, abrigando o maior rio em extensão e volume do planeta, o Amazonas. Mais de 90% do território brasileiro recebe chuvas abundantes durante o ano e as condições climáticas e geológicas propiciam a formação de uma extensa e densa rede de rios, com exceção do Semi-Árido, onde os rios são pobres e temporários (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2014).

Dada dimensão territorial do país e a diversidade dos recursos hídricos, da natureza, e das diferenças culturais pode-se afirmar que são significativos os recursos turísticos, quando comparados às demais regiões no mundo. Neste sentido o Brasil dispõe de boas condições para cativar visitantes, pois além de praias, florestas, montanhas e rios, há festivais, parques nacionais, cidades históricas, hospitalidade e culinária diversificada.

Ressalta-se que, no Brasil, a população costuma tirar férias em locais relacionados com água, como praias, lagos, rios e estâncias hidrominerais. Dessa forma, locais, dotados de recursos hídricos próprios para balneabilidade, entram em um processo de expansão das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas.

Neste porvir, a vocação natural do Brasil, aliada a sua topografia, pode ser transformada em fonte permanente de riqueza a partir da sua exploração, na qual a indústria do turismo é, na atualidade, a atividade que apresenta os mais elevados índices de crescimento no contexto econômico mundial. Esta movimenta cerca de US\$ 3,5 trilhões anualmente e, apenas na última década, expandiu suas atividades em torno de 57% (ANA - Agência Nacional de Águas, 2005).

Pesca recreacional

Um aspecto relevante como atividade econômica é a aquicultura. O setor vem apresentando uma taxa de crescimento anual em torno de 15%, onde a região Sudeste concentra 80% da produção nacional de peixes de água doce, com destaque para o Estado de São Paulo. Mais de 300 mil pessoas estão envolvidas na atividade e em atividades derivadas, incluindo estabelecimentos rurais de produção de peixes, camarões, empresas de ração, técnicos e produtores de máquinas e equipamentos (EMBRAPA, 2003).

Fennell e Weaver (1997) ao analisarem o potencial de diversificação de propriedades rurais de base agrícola no Canadá, concluíram que a pesca pode refletir em um potencial desenvolvimento econômico. Na Malásia, a principal atividade realizada nos lagos e reservatórios é a pesca, cuja produção anual dos peixes de água doce é considerada uma fonte de proteína valiosa para o sustento da população rural. Ressalta-se que, além da atividade da pesca, esta serve para as práticas do ecoturismo, oportunidades estas que os produtores rurais locais podem explorar (AMBAK; JALAL, 2006).

Outra forma de utilização do recurso hídrico disponível nas propriedades rurais é pesca recreacional baseada no pesque-pague. Segundo a Embrapa (2003), muitos estabelecimentos mantêm, além dos

tanques para pesca, uma estrutura capaz de atender os visitantes com restaurantes e atrativos que contribuem para a geração de uma renda suplementar. Conforme o Caderno de Recursos Hídricos da ANA - Agência Nacional de Águas (2005) são identificadas algumas Regiões Hidrográficas no Brasil que se destacam na prática das atividades de pesca: Amazônica, Tocantins-Araguaia, Atlântico Nordeste Ocidental, São Francisco, Uruguai e Região Hidrográfica do Paraguai. Nesse sentido, a pesca recreacional pode se tornar uma atividade conduzida para indivíduos que buscam esportes e lazer, com objetivo secundário de apanhar peixes para o consumo pessoal (COOKEA; COWXB, 2006). A pesca recreacional contribui para desenvolver a consciência ecológica através de rigorosas normas que regem a pesca competitiva amadora, como a filosofia do pesque e solte e o uso de anzóis sem farpas (ANA, 2005).

Em uma visão mais ampliada, a estratégia voltada para a exploração dos recursos hídricos como atividade turística combinada com atividades rurais tradicionais, pode representar uma rica diversidade econômica e potencialmente melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais (KITAMURA *et al.*, 2002).

Cachoeiras, quedas d'água, lagos e rios

Estudos apontam que a exploração do turismo rural está associada à disponibilidade de recursos hídricos como uma possibilidade para a diversificação do *portfólio* de estratégias de sustentação para pequenas propriedades rurais autossustentáveis.

Estes recursos naturais representam atrativos para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo e lazer que, complementarmente à intervenção do homem sobre a natureza, cria lagos artificiais que passam a se constituir em novas prospecções turísticas. O trabalho de Gonzáles (2004, p.246) alerta sobre os novos usos dos recursos hídricos na península ibérica, com finalidade recreativa, apontando para o turismo de aventura, como barco vela, canoagem (*rafting*) e motonáutica.

Em se tratando da exploração destes tipos de recursos hídricos, algumas propriedades são beneficiadas com a sua ocorrência, pois esta não pode ser facilmente imitada e é dependente da topografia da propriedade. Neste caso, o recurso hídrico pode configurar-se como fonte de vantagem competitiva real para o produtor que se insere no mercado de oferta de serviços de turismo e lazer, funcionando como um atrativo extra para outras atividades desenvolvidas dentro da propriedade.

Um estudo apresentado por Barbosa e Zamboni (2014) indica a disponibilidade de recursos hídricos, bem como a exploração turística destes de forma sustentável, englobando um grande número de atores regionais como sendo o principal eixo de formação de um *cluster* turístico como o existente na região de Bonito, cidade pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul.

Na ocorrência de cachoeiras e quedas d'água, Hudson (1998) menciona que este atrativo é apreciado por pessoas de diferentes idades, cuja ocorrência depende da formação topográfica que facilita a vazão do

recurso hídrico, podendo ser aliados à paisagem natural. Salienta-se, que, além do aspecto visual, as cachoeiras e quedas d'água têm se transformado em palco para esportes radicais ligados ao ambiente natural, tais como a escalada e o *rapel*.

A disponibilidade desta configuração associa-se à qualidade da água e à diversidade da fauna e da flora e ao clima como agentes motivadores da busca do espaço como alternativa de turismo e lazer. Dessa forma, as diversas regiões, que têm recursos hídricos para balneabilidade, entram em um processo de expansão das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas (ANA, 2005).

No caso dos lagos artificiais, estes foram criados, historicamente e, em sua maioria, para a geração de energia elétrica (ANA, 2005). Contudo o crescimento da demanda por água para os mais variados usos fez crescer o princípio do uso múltiplo, gerando conflitos de interesses quanto aos usos das águas, dentre os quais, as atividades de lazer e recreação ligadas a estes recursos.

A utilização destes recursos hídricos podem se exemplificar no oferecimento de oportunidades relacionadas à prática de *rafting*, de pesca recreacional e passeios de barco. Cabe lembrar que o oferecimento de atividades ligadas ao turismo e lazer é associado, principalmente, com a qualidade da água, além da diversidade da fauna e do clima.

Delineamento metodológico

Como o objetivo de identificar as potencialidades de implementação do turismo em pequenas propriedades rurais a partir dos recursos hídricos como alternativa do desenvolvimento do município de Carazinho (RS), a pesquisa caracterizou-se como descritiva-exploratória. Esta é indicada, segundo Gil (2008), para situações nas quais não se tem um conhecimento pleno sobre o assunto investigado, sendo que, ao finalizar o processo de investigação, permite-se fazer inferências sobre o tema em epígrafe. Dencker (2003) também caracteriza a pesquisa descritiva por esta possuir flexibilidade operacional, além de envolver levantamentos bibliográficos, entrevistas e análises qualitativas. Neste sentido a pesquisa analisou a complexidade do problema proposto e a compreensão de processos dinâmicos que envolvem prospecções turísticas do meio rural aliadas às particularidades dos recursos hídricos.

A coleta dos dados foi obtida junto a fontes secundárias e primárias. As fontes secundárias foram obtidas junto à prefeitura em documentos e sites relativos à topografia e recursos hídricos do município. As fontes primárias foram divididas em dois estratos, sendo o primeiro na realização de entrevistas com roteiro de perguntas que foi realizada com agentes públicos, referentes às políticas públicas relativas ao turismo rural como alternativa de desenvolvimento de pequenas propriedades rurais. O segundo estrato referiu-se às propriedades rurais, cujas perguntas versaram sobre a identificação de recursos hídricos em propriedades como potenciais para desenvolver o turismo rural a partir de projetos de infraestrutura, qualificação dos recursos humanos para o turismo rural, fontes de recursos financeiros e

elementos que restringem ou potencializam o desenvolvimento do turismo rural.

A técnica de análise das entrevistas foi a interpretativa. Conforme Triviños (1987), esta possibilita a análise dos dados coletados à luz da revisão da literatura selecionada, além de proporcionar aspectos intersubjetivos dos significados construídos.

Apresentação dos dados da pesquisa

Caracterização geográfica do município de Carazinho

O município de Carazinho, localizado na região do Planalto Médio do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Brasil, emancipou-se no ano de 1931 (Figura 1).

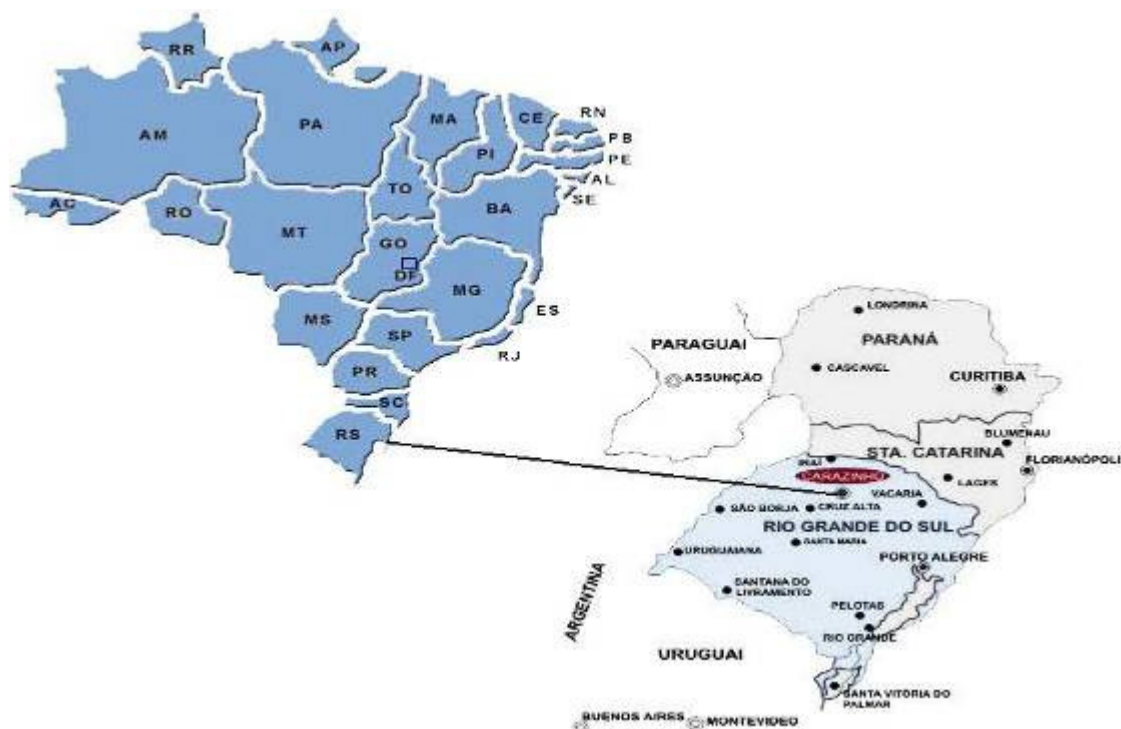


Figura 1: Mapa de localização do município de Carazinho (RS).

Figure 1: Location map from Carazinho (RS, Brazil).

Fonte: CME Carazinho, 2015.

Source: CME Carazinho, 2015.

De acordo com as informações do Censo Demográfico fornecido pelo IBGE (2015), no ano de 2010, o município de Carazinho abrangia uma área de 665,092km², contava com uma população de 59.317 habitantes, sendo 1.064 residentes da zona rural e 58.253 residentes da zona urbana (Figura 2).



Figura 2: Vista aérea do município de Carazinho (RS).

Figure 2: Aerial view from Carazinho (RS, Brazil).

Fonte: Aeroclube de Carazinho, 2015.

Source: Aeroclube from Carazinho, 2015.

A economia agropecuária do município baseia-se especialmente no plantio de soja, milho, trigo, aveia, pecuária de corte e produção de leite além de indústrias voltadas para o agronegócio, sendo conhecida pelo seu entroncamento rodoviário unindo as rodovias BR 285 e BR 386 (IBGE, 2015). Dos recursos hídricos existentes, destacam-se o rio da Várzea e rio Turvo, estes afluentes do rio Uruguai, e o rio Jacuí Mirim afluente do rio Jacuí. O rio da Várzea, o mais significativo, possui duas barragens, sendo uma delas controlada pela Corsan – Companhia de Rio-grandense de Saneamento, responsável pelo fornecimento de água potável para o município e outra controlada pela usina hidroelétrica de Mata Cobra, a qual é administrada pela Eletrocar (Centrais Elétricas de Carazinho).

Recursos hídricos potenciais para o desenvolvimento do turismo rural em Carazinho (RS)

Desde o final dos anos de 1950, o meio rural vem vivenciando profundas transformações. A implementação da modernização da agricultura, baseada em grandes propriedades, preponderou a especialização da monocultura ou mesmo do binômio trigo-soja ou milho safrinha-soja, refutando tradicionais propriedades autossustentáveis. Alterou-se a dinâmica do meio rural aliada a modificações nas bases técnicas da produção, colocando em evidência um novo modelo de desenvolvimento agropecuário, que fragilizou a manutenção das pequenas unidades produtivas com foco no desenvolvimento sustentável e hoje com dificuldades de sustentação econômica e social.

Nestas pequenas propriedades, o foco principal é atribuído à atividades produtivas associadas à reprodução familiar. Contudo, devido à falta de horizontes mais promissores, estas famílias estão buscando

alternativas econômicas para viabilizar seus negócios no meio rural. Uma das alternativas, objeto deste estudo, contemplou análises relativas ao desenvolvimento na exploração dos recursos hídricos.

Em se tratando da ocorrência de recursos hídricos que se apresentavam como potenciais para a exploração do turismo no meio rural, observou-se nas entrevistas realizadas que existem recursos potenciais para a exploração econômica e social. Neste sentido, as propriedades rurais, que dispõem destes recursos hídricos, poderiam explorar outros recursos disponíveis, ou seja, os tangíveis (PEREIRA; FORTE, 2008; HITT, IRELAND; HOSKISSON, 2002; BARNEY, 1991; WRIGHT, KROLL; PARNEL, 2000) e os intangíveis (HITT, IRELAND; HOSKISSON, 2002; WRIGHT, KROLL; PARNEL, 2000, PRAHALAD; HAMEL, 1990; PADILHA, 2009; PORTER, 1991).

Em se tratando de oportunidades relacionadas aos demais recursos existentes nas propriedades pesquisadas, seria interessante explorar a infraestrutura para a prática de esportes, como por exemplo, a natação, passeios de barco, *ski-aquático*, motonáutica, entre outros. Inclusive, identificou-se a existência em uma propriedade de um lago com acesso ao rio da Várzea e, em outra, uma cascata (HUDSON, 1998).

Os gestores públicos, neste devir, percebem uma relação mais ampla da exploração turística no município. O turismo deveria estar vinculado a uma gestão integrada regionalmente, já que os recursos hídricos percorrem propriedades de diferentes municípios, havendo influências regionais e não apenas locais, o que, inclusive, geraria processos de sinergia e aumentaria a permanência do turista na cidade e região.

O prefeito realçou igualmente que, além do desenvolvimento integrado, haveria a necessidade de se fazer um mapeamento das potencialidades de forma mais ampla e não apenas relativo aos recursos hídricos, utilizando-se de outras fontes de estímulo ao turismo rural. Ressalta-se que há propriedades que já produzem atividades produtivas variadas que poderiam ser utilizadas como alternativas aos recursos hídricos, pois o urbano desconhece atividades tipicamente operacionais do interior, a exemplo de como o ordenhamento manual de uma vaca.

Dos recursos hídricos turísticos, que estão em processo de exploração, identificou-se uma propriedade na qual o produtor está construindo um lago artificial que passaria a ser um atrativo, o lago Guarujá e os pesque-e-pague localizados no distrito de São Bento. A ideia é associar estes investimentos com visitas a uma fazenda rural demonstrando ao turista a ordenha manual, o tratamento dado aos animais e outras atividades rurais.

Outras iniciativas que poderiam ser exploradas concomitantemente seriam a realização de cavalgadas, a exploração das matas nativas com o desenvolvimento de trilhas para passeio e ciclismo e locais específicos para acampar. Contudo, estes empreendimentos dependeriam de investimentos dos proprietários rurais e dos órgãos públicos relativos à infraestrutura municipal e regional, como melhorias de acessos, comunicação e internet e energia elétrica. Segundo o prefeito municipal:

o município seria parceiro, auxiliando na infraestrutura, divulgação e busca de recursos financeiros da União. Para isso, precisaria oferecer um turismo integrado em toda a região, como por exemplo, a integração “Rota das Terras”. Poderia ser criado um roteiro que iniciasse em Soledade (pedras preciosas) chegando em Carazinho e passando pelo parque da cidade. Desenvolver o projeto do “Trem Turístico” na modalidade de uma “Maria Fumaça” que sairia de Pinheiro Marcado e iria até o distrito de Pulador. Estas atividades são de interesse para o município, especialmente por movimentarem o comércio, hotéis e restaurantes, por exemplo (...) também seriam elementos atrativos as movimentações ocorridas no município em torno de rodeios, romarias, a vontade de “voltar ao passado” revivendo antigos costumes, a cancha reta, o Museu Municipal e o parque da cidade integrados com o tradicional “galeto com massa”.

Percebe-se que os proprietários de pequenas propriedades rurais poderiam, a partir de incentivos públicos relacionados, envolver-se de acordo com as novas estratégias referentes à alternativas do desenvolvimento do turismo. Contudo, neste projeto haveria necessidades de serem criadas estratégias associadas ao público-alvo relativas à exploração dos atrativos com mensuração dos retornos para o empreendedor.

Dificuldades para o desenvolvimento do turismo rural

Identificaram-se várias restrições ao desenvolvimento do turismo rural associadas a diferentes limitações e resistências em adotar alternativas não tradicionais de subsistência no meio rural, a exemplo de *conflitos culturais e mudanças estruturais* na exploração econômica das propriedades. Segundo o prefeito:

nesta dimensão, a maior barreira se respaldaria no possível conflito cultural entre o ‘homem do campo’ e o ‘homem da cidade’. Fazer com que os pequenos fazendeiros “comprem a ideia” de diversificar sua propriedade, tornando-a um local turístico e auferindo maiores receitas. A argumentação deveria levar em conta os costumes tradicionalistas que seriam disseminados entre os turistas.

No desenvolvimento do turismo rural, a qualificação das pessoas constitui-se em elemento importante para o sucesso no desenvolvimento desta atividade. A oferta de cursos para capacitação de agentes de turismo e a integração destes com as agências de turismo e as unidades rurais poderiam oferecer programas de qualificação, a exemplo do Departamento de Cultura e Turismo, da Secretaria do Desenvolvimento e as instituições de Ensino Superior (Ulbra e UPF).

Na concepção dos produtores rurais que participaram da pesquisa, o principal problema é a identificação dos *fatores de risco* inerentes ao novo empreendimento. Grande parte dos produtores não têm experiência e conhecimento na área de turismo, o que demandaria novas habilidades para

atuar no setor, especialmente no aproveitamento da infraestrutura, da cultura e da tradição local.

Recursos financeiros são um elemento importante para o estabelecimento dos empreendimentos no meio rural. De acordo com o Prefeito, o produtor rural, que for criar este tipo de projeto, deverá ter capital próprio, especialmente por ter que investir em infraestrutura na propriedade ajustada às peculiaridades do turismo rural, ressaltando que a busca de recursos financeiros junto a instituições financeiras muitas vezes são restritivos devido ao desenvolvimento de uma atividade ainda incipiente.

A sistematização dos resultados do estudo explicitados na Figura 3, se referem às atividades que poderiam complementar o turismo rural, a fim de atrair o turista a propriedades dotadas de recursos hídricos, bem como parceiros em potencial para implantar um projeto de turismo rural, além da discriminação dos maiores entraves observados pelos respondentes.

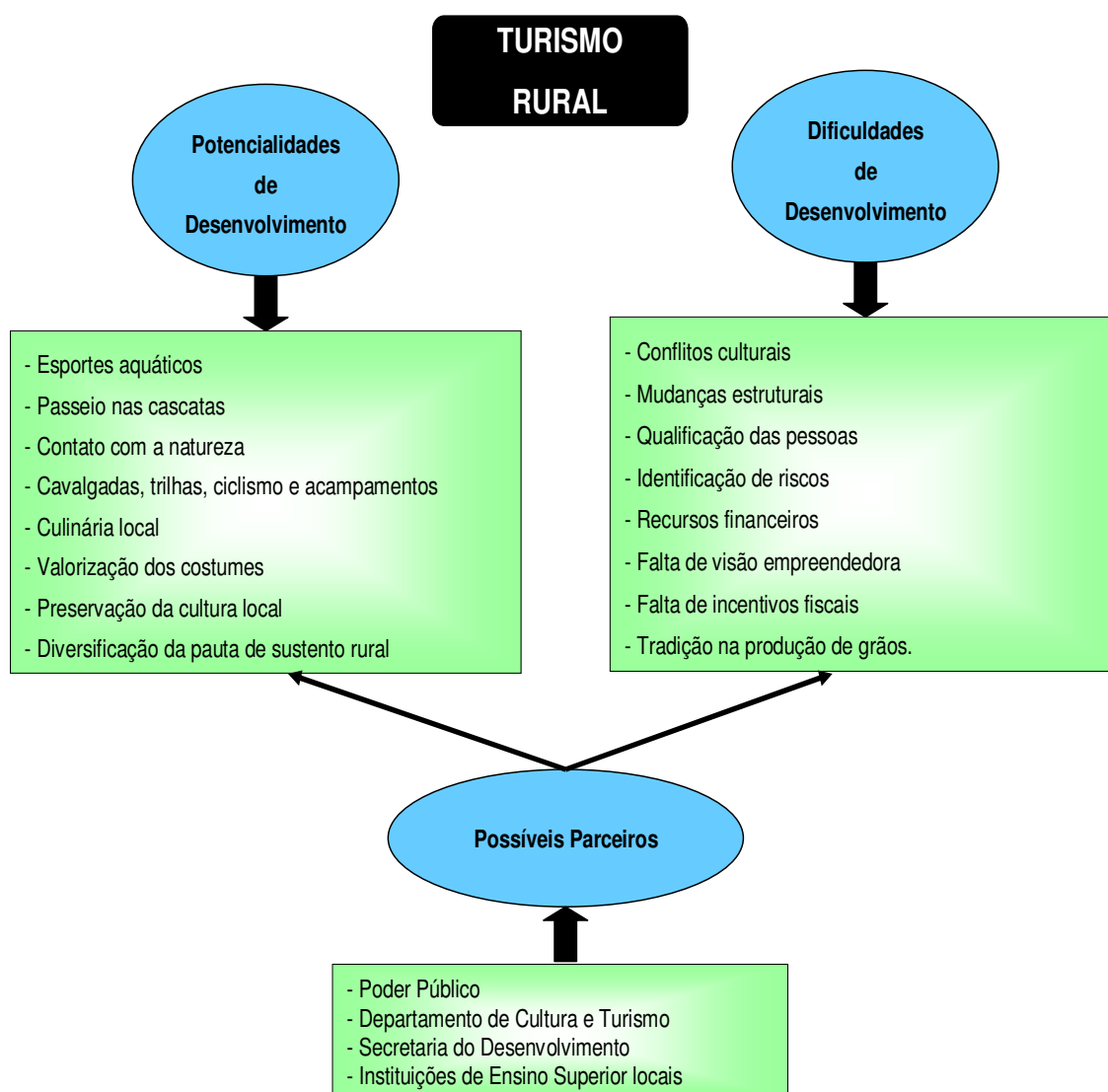


Figura 3: Sistematização dos resultados do estudo.

Figure 3: Systematization of the study results

Fonte: Elaborado pelos autores (2010).

Source: Developed by the authors (2010).

Na visão dos produtores, estes associam o baixo desenvolvimento do turismo rural a três fatores. O primeiro estaria relacionado à *falta de visão empreendedora, incentivos fiscais* e políticas do desenvolvimento do setor. A segunda refere-se à disponibilidade de fontes de recursos financeiros associada ao risco do negócio pela falta de tradição do setor. O terceiro é relativo à *produção de grãos*, fruto da modernização da agricultura e mudanças de hábitos de plantio e consumo. que impacta diretamente na cultura das pessoas em encontrar novas formas de gerar sustento no meio rural.

Considerações finais

O turismo, enquanto atividade econômica, tem assumido importância no desenvolvimento e geração de renda para municípios e regiões. Especificamente, o ambiente rural de grandes áreas produtivas entrou num novo momento, que passou por profundas transformações através da modernização da agricultura desde o final da década de 1950, enquanto pequenas propriedades vinham perdendo competitividade com o passar dos anos, pois permaneceram nos modelos tradicionais, sem investir em formas alternativas, a exemplo do turismo rural ou associar-se a culturas agrícolas integradas com a indústria.

Nesse aspecto, analisar recursos hídricos como alternativa de desenvolvimento do turismo rural é uma das opções que se traduzem como atrativos. Na análise de Carazinho, percebeu-se que o município ficou prejudicado pela emancipação de seus distritos e, por consequência, os recursos hídricos também passaram a ser compartilhados, ratificando a necessidade de ações sócioespaciais integradas entre municípios.

O que transparece é que o principal aspecto, que limita o desenvolvimento de atividades identificadas como não tradicionais, são reticências e ou ausência de conhecimento de novas alternativas. Estas poderiam ser terreno fértil para associações de classe instituições de ensino e órgãos ligados ao meio rural, embora haja outros motivos relacionados com o risco do investimento, capacitação de recursos humanos, políticas públicas, investimentos em infraestrutura e incentivos fiscais. Reardon, Berdegue e Escobar (2001) ratificam que as organizações e as associações se constituem como elementos importantes no processo de determinação de políticas no setor rural por sua capacidade de influenciar as atividades das agências de estado.

O desenvolvimento do turismo rural é um eficiente meio para promover a difusão do turismo rural sobre uma determinada região ou localidade, como valores naturais e culturais, abrindo novas perspectivas e tendo como resultado o desenvolvimento econômico e social local e regional. Analisando os recursos hídricos disponíveis, em propriedades rurais de Carazinho e região, estes poderiam converter-se na exploração de novos negócios, tais como a pesca esportiva, motonáutica e pesque-pague, além de difusão de culturas e atividades rurais. Para tanto, o *know-how* é fator decisivo para produtores que queiram competir neste segmento de mercado, além da necessidade de infraestrutura, mão-de-obra qualificada e capital financeiro para investimento.

O desenvolvimento do turismo rural a partir dos recursos hídricos, considerando uma visão estratégica, se viabilizaria pela implementação de investimentos correlatos nos demais recursos tangíveis e intangíveis que se complementariam convertendo-se em novas oportunidades de diversificação no

sustento de pequenas propriedades rurais. Contudo, a exploração do turismo rural pressupõe uma mudança cultural em termos de buscar diferentes alternativas do desenvolvimento local e regional somando-se a todos recursos naturais, sociais e humanos.

O desenvolvimento da atividade exigiria investimentos em termos de infraestrutura de acesso e melhorias na topografia do terreno mantendo a fauna e a flora como atrativos turísticos. Igualmente sugere-se adaptações das instalações ou mesmo construção de novas instalações visando adequar o meio às demandas do turismo rural. Outra alternativa consistiria na utilização de mão-de-obra familiar e capacidade para desenvolver competências voltadas ao serviço incluso nas atividades das unidades rurais. Ressalta-se, especialmente, que no caso da exploração dos recursos hídricos, o sucesso da estratégia está relacionado à manutenção ambientalmente correta dos mesmos. Igualmente, alternativas culturais voltadas para o turismo são ações a serem incentivadas, como a de estimular formas de acolhimento do visitante e despertar interesses da população urbana em conhecer a vida rural, além de tornar atividades rurais um forma de lazer e entretenimento.

A crescente busca por atividades que possam aliviar o estresse causado pelas atividades urbanas é um dos motivadores da expansão deste tipo de atividade impulsionada pelas tendências ambientais contemporâneas que contribuem para exploração de produtos e serviços ligados ao turismo rural.

Infere-se que o turismo rural, pautado na exploração de recursos hídricos associados às outras atividades rurais e complementares, apresentam-se como uma possibilidade real para incremento das estratégias do desenvolvimento sustentável que podem ser utilizadas pelas propriedades, como também a preservação de forma sustentável destes recursos, de forma a manter a fauna e flora. Ressalta-se que o produtor rural teria um melhor equilíbrio na renda, uma vez que a atividade turística poderá complementar atividades tradicionais da propriedade e relativizar problemas de períodos de plantio e colheita, como também diminuir a dependência com os fatores climáticos na produção agrícola, diminuindo riscos inerentes ao setor.

A literatura demonstra que o turismo rural já é uma realidade para propriedades rurais no Brasil e no exterior e este tende a se consolidar como fonte importante de desenvolvimento contribuindo para o incremento de investimentos por este tipo de turismo, principalmente se relacionadas com atividades de lazer (PADILHA, 2011).

Este estudo conta com algumas limitações, principalmente quanto a fontes de dados acerca do uso de recursos hídricos como fonte de atividades turísticas no meio rural em âmbito nacional com vistas a realizar comparações. Esta limitação talvez indique um espaço concreto de pesquisa a ser explorado, principalmente nas regiões que se envolveram historicamente com o turismo rural situadas em espaços geograficamente privilegiados e que apresentam fontes de recursos hídricos como alternativa de utilização, a exemplo do município de Bonito no Mato Grosso do Sul.

Referências bibliográficas

- AEROCLUBE DE CARAZINHO, **Galeria de fotos**. Disponível em: <[http://www.aerocarazinho.com.br/site.php?menu=fotos&id=16#prettyPhoto\[pp_gal\]/3/](http://www.aerocarazinho.com.br/site.php?menu=fotos&id=16#prettyPhoto[pp_gal]/3/)> Acesso em 20 jan. 2015.
- AMBAK, M.A.; JALAL, K.C.A. Sustainability issues of reservoir fisheries in Malaysia: Aquatic Ecosystems of Malaysia. **Health, Sustainability and Management**, v. 9, n. 2, 2006.
- ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, O turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos. **Cadernos de Recursos Hídricos**. Brasília: DF, 2005.
- BARBOSA, M.A.C.; ZAMBONI, R.A. **Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito, MS**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_772.pdf>. Acesso em 25 mar. 2014.
- BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive. **Journal of Management**. v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.
- CME - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARAZINHO. **Página inicial**. Disponível em: <<http://www.cmecarazinho.xpg.com.br/>>. Acesso em 10 jan. 2015.
- COOKEA, S.J; COWXB, I.G. Contrasting recreational and commercial fishing: Searching for common issues to promote unified conservation of fisheries resources and aquatic environments, **Biological Conservation**, v. 128, n. 1, p.93-108, 2006.
- DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 7. ed. São Paulo: Futura, 2003.
- EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Avaliação de Impacto Ambiental de atividades em estabelecimentos familiares do Novo Rural. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003.
- FENNELL, D.A.; WEAVER, D.B. Vacation Farms and Ecotourism in Saskatchewan, Canada. **Journal of Rural Studies**, v. 13, n. 4, p. 467-475, 1997.
- FLEISCHER, A.; TCHETCHIK, A., Does Rural Tourism Benefit from Agriculture? **Tourism Management**, v. 26, n. 4, p. 493-501, 2005.
- GARROD, B.; FYALL. Managing heritage tourism. **Annals of Tourism Research**, n. 27, p.682-696, 2000.
- GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONZÁLES, L.G. Agua y turismo: nuevos usos de los recursos hídricos en la Península Ibérica - enfoque integral, **Boletín de la A.G.E.** 37, 2004.
- HITT, M.A.; IRELAND, R.D.; HOSKISSON, R.E. **Administração estratégica**, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- HUDSON, B.J. Waterfall resources for tourism, **Annals of Tourism Research**, v. 25, n. 4, p. 958-972, 1998.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, **Água doce e limpa: de "dádiva" à raridade**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/agua/pgn/>>. Acesso em 20 mar. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=430470>>.

Acesso em 20 jan. 2015.

KITAMURA, C.P. et al. Environmental and Economic Assessment of Fee-Fishing in São Paulo State, Brazil, **Journal of Applied Aquaculture**, v. 12, n.4, p. 23-41, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo**. Secretaria de Políticas de Turismo. 2010. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/coroot/CMS/DocumentItem/files/DiretrizesDesenvolvimentoTurismoRural.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2010.

NIETO, M. e PEREZ, W. A firm's assets as a foundation for strategy, **The Learning Organization**, v. 9, n.1, p.19-28, 2002.

NILSSON, A. Staying on farms: an ideological background, **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 1, p. 7-24, 2002.

PADILHA, A.C.M. A estratégia de diversificação de sustento rural e a dinâmica da capacidade absorviva no contexto do turismo rural: proposição de estrutura de análise, 2009. 255 f. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, 2009.

PADILHA, A.C.M., **Estratégia e conhecimento: demandas emergentes no turismo rural**, São Luis do Maranhão: EDUFMA, 2010.

PADILHA, A.C.M.; HOFF, D. N. Livelihood diversification strategy in rural properties: water resources exploration in rural tourism activity, **International Journal of Economics and Management Sciences**, v. 3, p. 49-59, 2011.

PENROSE, E.T. **The theory of the growth of the firm**, Oxford: Oxford University Press, 1959.

PEREIRA, M.S.; FORTE, S.H.A.C., Visão baseada em recursos nas instituições de ensino superior de Fortaleza: uma análise ex-ante e ex-post à LBD/96. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n.1, p. 107-129, 2008.

PERONDI, M.A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**, Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

PORTER, M. **Estratégia competitiva: técnicas para análise das indústrias e da Concorrência**, Rio de Janeiro: Campus, 1991.

PRAHALAD, C.K.; HAMEL G. The core competence of the corporation. **Harvard Business Review**. v. 68, n. 3, p. 79–91, 1990.

RÁTZ, T. e PUCZKÓ L. Rural tourism and sustainable development. **International Conference: Rural tourism management: sustainable options**, Scotland: Auchincruive, setembro de 1998.

REARDON, T. Using evidence of household income diversification to inform study of the rural nonfarm labor market in Africa. **World Development**, v. 25, n. 5, p. 135-741, 1997.

REARDON, T., BERDEGUÉ, J.; ESCOBAR, G. Rural Nonfarm Employment and Incomes in Latin America: Overview and Policy Implications. **World Development**, v. 29, n. 3, p. 395-409, 2001.

SETTI, A.A. **A necessidade do uso sustentável dos recursos hídricos**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, 1994.

SHARPLEY, R.; VASS, A. Tourism, farming and diversification: An attitudinal study. ***Tourism Management***, v. 27, n. 5, p. 1040-1052, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação, São Paulo: Atlas, 1987.

WERNERFELT, B. A resource-based view of the firm, ***Strategic Management Journal***, v. 5, n. 2, p. 171-180, 1984.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração estratégica**: conceitos, São Paulo: Atlas, 2000.

ZIMMERMANN, A., **Turismo rural**: um modelo brasileiro, Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

Ana Claudia Machado Padilha: Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil.

E-mail: anapadilha@upf.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9483779378832941>

Juliana Birkan Azevedo: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

E-mail: jbirkanazevedo@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3973497024840435>

Milton Luiz Wittmann: Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

E-mail: wittmann@profwittmann.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6540542252982444>

Leonardo Toledo Docena: Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil.

E-mail: leonardo@contatovip.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7257444990366657>

Paloma de Mattos Fagundes: Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

E-mail: palomattos@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8764171768559127>

Data de submissão: 01 de outubro de 2014

Data de recebimento de correções: 20 de janeiro de 2015

Data do aceite: 20 de janeiro de 2015

Avaliado anonimamente